

LEITURA CRÍTICA DA PAISAGEM: A Geografia e a Leitura do Mundo*

*Sidney Gonçalves Vieira***

1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a leitura da paisagem não se trata de uma leitura meramente contemplativa, mas antes, de uma leitura crítica, se tem que a atividade proposta na realização de um percurso urbano permite uma análise aprofundada das relações sociais presentes no espaço geográfico. Não se trata, portanto de uma observação desprovida de significados e sem nenhum embasamento prévio, mas sim de uma sistematização do olhar sobre a paisagem, que torna possível a análise dos elementos não percebidos pelos sentidos apenas, uma vez que se incorporam à observação os conhecimentos geográficos, históricos e culturais, sobretudo.

Exige-se do observador mais do que a apreciação, mas o olhar atento, capaz de ler os significados, capaz de interpretar as intenções, capaz de ver além do perceptível, sem, contudo, ingressar no engenhoso campo da imaginação. Busca-se aqui, identificar as intenções dos sujeitos concretos que produziram o espaço, a compreensão das relações sociais de produção que justificaram uma determinada construção material. Em um sentido mais amplo, pretende-se decompor a paisagem de tal maneira que seja possível, a partir das formas resultantes, entender a sociedade que as produziu.

No entanto, o leitor crítico da paisagem não deverá se limitar à observação dos elementos estáticos da paisagem deverá sim, incorporar à sua leitura os elementos dinâmicos, que compõem o espaço geográfico. A vida que anima a paisagem e que está presente no momento da observação sofre influências do espaço produzido, ao mesmo tempo em que influencia na produção do espaço. Não

* Trabalho de Campo coordenado pelos acadêmicos de Geografia/UFPEL Vinicius Lacerda Pinto, Andler Pinto Kimura e André Pinho Peter no VI SEUR e III COLÓQUIO CIDADES DO PRATA, realizado nas cidades de Jaguarão, Brasil e Rio Branco, Uruguai, no dia 27 de novembro de 2010.

** Professor Adjunto do Departamento de Geografia e Economia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Planejamento Urbano e Regional (FAURB/UFRGS), Doutor em Geografia (UNESP/Rio Claro-Fac.Letras/Lisboa,Portugal).

haverá como compreender a paisagem se não analisarmos também suas transformações, seu movimento, sua vida, enfim.

Neste sentido, é necessário decompor a realidade ao invés de apenas contempla-la como absolutamente estática. E é nesta decomposição que podemos estabelecer dois níveis distintos para a análise, o horizontal, onde consideramos a aparente simultaneidade do presente, e o vertical, onde podemos identificar os marcos que nos remetem ao passado e estabelecer os vínculos que apontam para o futuro. Do ponto de vista da leitura crítica da paisagem, compreender que a simultaneidade do presente é apenas uma aparência é fundamental. É este o ponto de partida para que se compreenda que todos os elementos que aparecem ao mesmo tempo no espaço têm, na verdade, tempos diferentes, são produtos de distintas relações sociais de produção e, portanto, são explicados por lógicas diferentes. A partir daí, a identificação dos marcos remanescentes, ou seja, daqueles elementos existentes no presente cuja produção remonta ao passado, torna-se um passo necessário. E, depois, analisar o modo pelo qual o uso definirá a virtualidade do futuro é um passo importante para que se compreenda o espaço não apenas como o local onde nossas ações se desenvolvem, mas como resultado e condição de nossas relações.

A atividade de um percurso urbano, realizado com a necessária preparação teórica e metodológica, será capaz de propiciar aos seus realizadores um momento ímpar para a análise do espaço geográfico. Esse momento, simples por sua informalidade e profícuo pela oportunidade que enseja, pode ser aproveitado para a análise de diversos conteúdos relacionados à geografia e à história, principalmente, mas também adequado a outras áreas desde que com a devida fundamentação.

O momento da realização do percurso é lúdico, no sentido de que pode ser entendido como uma excursão, um passeio ou um trabalho de campo e, nesse sentido, apresenta um diferencial motivador para sua realização. Na verdade, como técnica de ensino-aprendizagem, é uma atividade altamente motivadora, que desperta o interesse e a curiosidade. Mas não se trata apenas, disso, mas sim, de preparar a competência da análise a partir do cotidiano, a compreensão da realidade na sua prática e, fundamentalmente, o desenvolvimento da capacidade de leitura crítica do mundo, ou seja, o entendimento da realidade a partir da sua análise concreta. É mesmo uma junção da práxis manipulativa, aquela que advém do

convívio com os fatos, com a práxis apropriativa, aquela que deriva do tratamento científico da realidade. A realização de um percurso e a leitura crítica de sua paisagem tornam possível um processo de ensino-aprendizagem dinâmico, interessante, rico e aprofundado. De um simples passeio obtém-se aulas de conteúdos ricamente ilustrados e demonstrados. Além do mais, desenvolve-se a habilidade da crítica no educando, de forma que todo olhar deixe de ser apenas uma observação da paisagem, para ser verdadeiramente uma leitura crítica do mundo. O olhar geográfico, neste sentido, permite tudo isso.

2 O PERCURSO URBANO

2.1 Escolha e Preparação do Itinerário

A cidade é, por excelência, um lugar privilegiado para a análise das relações sociais que produzem o espaço geográfico. Nela estão presentes quase todas as relações sociais que, em cada época, produzem um espaço específico. O espaço da cidade é rico para uma leitura crítica, por intermédio da qual é possível decompor o presente, entender o passado e apontar para um futuro possível. Por isso, a escolha de um trajeto para ser percorrido a pé na cidade é invariavelmente muito proveitosa, convém, no entanto, observar alguns critérios para que a atividade tenha significado didático.

A primeira tarefa que se impõe a quem pretende realizar a leitura crítica do espaço geográfico por intermédio da realização de um percurso urbano é justamente a escolha do itinerário em que será realizada a atividade. É importante salientar que se trata de uma atividade prevista para ser realizada a pé. Algumas características do percurso devem ser levadas em consideração, a fim de fazer com que a atividade seja plenamente aproveitada.

As características físicas do percurso devem ser consideradas. Para que a atividade não se torne incômoda deve-se ter a preocupação de não escolher um percurso com aclives acentuados, piso irregular ou que por qualquer razão torne a atividade penosa de ser realizada. É óbvio que, em determinados casos, será impossível atender esses cuidados, dado à especificidade do percurso a ser realizado que se impõe a essas recomendações. Convém, no entanto, observar que,

se o itinerário em si não é a atração principal deve-se ter a preocupação de que não seja um elemento a atrapalhar a atividade.

A distância a ser percorrida é outra característica importante a ser observada, assim como o tempo necessário para a realização do trajeto. Na definição da distância e do tempo deverá se considerar também a riqueza dos elementos encontrados ao longo do caminho. Um percurso cheio de intervenções demandará mais tempo para ser executado do que um outro que não possua tantos marcos. Todas essas características do percurso devem ser observadas considerando também as características dos participantes da atividade. De qualquer modo é uma atividade que deverá ser realizada entre duas e três horas, tempo suficiente para manter a atividade atrativa sem correr o risco de que o eventual cansaço torne a caminhada desinteressante.

Um outro aspecto a ser levado em consideração está relacionado com a qualidade do itinerário escolhido em termos de oportunidades para a análise. A escolha deve recair sobre um trecho da malha urbana que efetivamente apresente uma variedade de funções bastante expressiva, ou uma herança histórica significativa, ou ainda uma motivação temática destacada tal como o comércio ou os serviços. Enfim, deve ser um trecho que de fato tenha um importante significado para na explicação da produção do espaço urbano da atualidade.

Escolhido o trecho a ser percorrido deve-se ter então a preocupação de estudar as características gerais da área. A observação que se pretende fazer deverá conduzir a uma leitura crítica do espaço e, portanto, não pode ser desprovida de significado. Não se trata de uma observação estática e deve ser embasada pelo preparo prévio do pesquisador. Assim, não será uma observação aleatória, mas uma observação conduzida pela fundamentação metodológica e teórica. Metodológica no sentido de que o realizador da atividade sabe, a priori, que a atividade se destina pedagogicamente para o processo de ensino-aprendizagem, e que sua utilização está alicerçada no princípio de que o educando pode conhecer o mundo a partir de uma leitura crítica do seu próprio cotidiano, empregando, portanto, um caminho sistematizado para obtenção do conhecimento. Teórico porque estará previamente orientado pelas explicações e análises que se relacionam com a cidade e com o trecho selecionado.

Os elementos de destaque do percurso devem ser previamente analisados e, portanto, merecem uma identificação prévia, a fim de que possam ser preparados os materiais necessários para sua análise. Assim, convém identificar tais elementos e pesquisar acerca dos mesmos de forma que se possa ter um conhecimento significativo tanto do local e suas atividades como das formas construídas. Prédios históricos, monumentos, ruas importantes e outros elementos devem ser previamente destacados para a devida consideração. Além disso, toda a movimentação que dá vida ao lugar deve ser levada em conta, de modo que se possa identificar também os elementos dinâmicos que compõem o espaço. Analisar a intensidade do movimento, o motivo dos deslocamentos, as formas de transporte, os meios utilizados, as características dos transeuntes e outras peculiaridades ajudam a enriquecer a análise.

De posse de todos esses dados, o educador poderá elaborar um guia do percurso, contendo as referências pesquisadas, a identificação dos elementos marcantes e a descrição das características gerais do trecho e dos principais aspectos analisados. Esse guia também poderá ser elaborado pelos próprios educando, depois de realizada a atividade e enriquecido com fotografias, recortes de jornais e revistas, anotações e comentários realizados durante a excursão.

A elaboração de um mapa do itinerário e a marcação dos principais pontos a serem analisados é de fundamental importância para o trabalho com a linguagem cartográfica e sua relação com o mapeamento da realidade. De posse de um mapa, ou esboço, do itinerário, será muito mais rica a consideração a respeito dos elementos destacados.

2.2 O Trabalho de Campo

Para que a atividade não seja um mero passeio pela cidade, ou uma visita desprovida de sentido, deve-se ter claro alguns princípios a serem observados durante a caminhada. Tais recomendações visam sistematizar a observação do espaço, de modo que, paulatinamente, o observador se transforme em um leitor crítico, mudando sua visão de um simples olhar para uma análise crítica que, além dos elementos percebidos pelos sentidos seja capaz de captar as relações sociais que produziram o espaço observado.

A observação é o primeiro dos princípios a ser considerado. Não se trata, portanto, de um simples olhar contemplativo, uma admiração da paisagem. Deve-se observar com princípios de crítica, captando todas as matizes do lugar. Além dos prédios, das ruas, dos monumentos, devem instigar o olhar do leitor crítico as indagações que buscam as respostas para tais resultados. Deve-se buscar explicações para a utilização de símbolos, de ornamentos, materiais construtivos empregados e tudo que possa explicar a produção da paisagem. Mais do que isso, a observação deve se voltar, como já se disse, também para os aspectos dinâmicos que alimentam a vida do local, procurando responder as indagações sobre o movimento e suas características.

A descrição do percurso é outro princípio a ser considerado. Também não se trata de uma descrição que somente enumera, mas sim dotada de elementos explicativos da realidade, capazes a levarem a uma reflexão sobre os acontecimentos e as características da área. A descrição deve conter elementos históricos que torne possível a decomposição do presente, identificando, juntamente com a observação, os elementos capazes de serem explicados por relações sociais pretéritas. Com isso, a relação desses marcos com o presente se torna evidente, assim como a virtualidade do seu futuro.

Tais princípios devem conduzir o observador a uma diferenciação entre olhar assistemático, próprio do senso comum, e o olhar sistematizado do leitor crítico, próprio do método científico. Não se trata de uma enumeração de procedimentos indispensáveis para a leitura da paisagem, mas antes, de uma sugestão de método para dotar o leitor crítico de um instrumental capaz de mostrar uma outra realidade, presente nas entrelinhas da leitura do senso comum. Trata-se mesmo de treinar um olhar geográfico sobre o espaço.

Para todos os efeitos, fica evidente que se entende a leitura aqui como um ato de compreensão do mundo, pela utilização de nossa capacidade de ouvir e entender o que a realidade nos diz. Trata-se da captação da informação, conteúdo e mensagem que outros nos transmitem por intermédio de símbolos, sinais, representações capazes de formar uma visão e uma explicação própria da realidade que conhecemos.

2.3 O Retorno à Sala-de-Aula e a Utilização dos Conhecimentos Obtidos

Um dos momentos mais gratificantes da atividade de realização do percurso urbano é o momento do retorno à sala-de-aula e a constatação de como há aproveitamento nas análises efetivadas. Os próprios educando se surpreendem com o fato de que os conteúdos previstos para serem estudados estavam o tempo todo na rua: a história da cidade e a urbanização presentes na análise dos prédios construídos em diferentes períodos; a industrialização na consideração de elementos como automóveis, equipamentos urbanos e outros; os transportes, representados pelos meios utilizados no dia-a-dia como ônibus, automóveis e bicicletas; a agricultura, que aparece na comercialização de produtos agrícolas nas feiras, mercados e armazéns; a demografia, que pode ser captada na análise dos diferentes representantes sociais (raça, idade, sexo, etc.); e tantos outros conteúdos que poderão ser enumerados e identificados pelos próprios participantes da atividade.

A análise destes conteúdos tomando como referencial a vivência prática de sua existência faz com que a geografia deixe de ser um conteúdo “simplório e enfadonho” para se tornar parte da realidade concreta de cada um. Não se trata mais de exigir que se decore capitais, altitude e profundidades, mas sim de conhecer o mundo concreto que nossa sociedade está produzindo. Torna-se possível transformar o educando em um agente crítico da sociedade, consciente de que o conhecimento não se refere apenas a uma prática restrita à academia, mas possível a todos.

3 PARA NÃO CONCLUIR

O processo de leitura crítica do espaço geográfico é uma atividade simples, mas suficientemente reflexiva para tornar eficaz sua utilização como técnica de ensino-aprendizagem da geografia e da história.

Mais do que servir aos propósitos de disciplinas escolares a técnica propõe uma transformação fundamental na capacidade do leitor crítico ver a realidade. Não mais com olhos desprovidos de habilidades, mas prenes da efetiva crítica que vê além do que está posto, que consegue enxergar para além da paisagem, o espaço. Esse educando será um cidadão liberto dos meros esquemas conceituais da

academia, capaz de conhecer a realidade a partir das formas mais simples de sua manifestação. Pronto para enfrentar um mundo onde o conhecimento não está preso aos livros e aos bancos escolares, está na vida cotidiana, na realidade concreta.

Um cidadão capaz de ler criticamente o espaço geográfico é um cidadão capaz de conhecer a realidade e nela se mover. Ler, nesta perspectiva propicia a remoção dos véus que encobrem de nossos sentidos a profundidade dos significados presentes na realidade, colocando para o sujeito todas as implicações sociais, políticas e históricas que lhe reservam essa responsabilidade.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, e GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais. Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOODE, William e HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Ncaional, 1972.

KAUFMANN, Felix. Metodologia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LUKESI, Cipriano et alii. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo: Hucitec, 1988.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt, et. al. (org). Ler e escrever. Compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

SENRA, Nelson de Castro. O cotidiano da pesquisa. São Paulo: Ática, 1989.